



113

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

HABEAS CORPUS Nº 0004519-82.2014.8.17.0000 (0334214-5)

IMPETRANTE: Bel. Tiago Azevedo Borges Mateucci (OAB/GO 31.882)

PACIENTES: Domício Martins de Lima

José Martins de Lima

Francisco Martins de Lima

Josival Pereira de Souza

RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Judith Pinheiro Silveira Borba

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

HABEAS CORPUS – HOMICÍDIO QUALIFICADO - SUBSTITUIÇÃO DE TESTEMUNHAS - INDEFERIMENTO PELA MAGISTRADA DE PISO - POSSIBILIDADE - MATÉRIA PROBATÓRIA - IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE PELA VIA DO WRIT – É faculdade do juiz deferir ou não, fundamentadamente, a substituição de alguma testemunha arrolada, seja pela acusação, seja pela Defesa, não configurando o indeferimento do pedido automático cerceamento de defesa. - A discussão acerca de qualquer matéria que envolva revolvimento pormenorizado do acervo probatório dos autos somente poderá ser tomada no decorrer da instrução criminal, sendo tal análise inadmissível na via estreita do writ. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. DILIGÊNCIA ORDENADA COM VISTAS À LOCALIZAÇÃO DE TESTEMUNHA ARROLADA NA DENÚNCIA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. FEITO COMPLEXO. PLURALIDADE DE RÉUS. PRISÃO EM OUTRO ESTADO DA FEDERAÇÃO. RECAMBIAMENTO DOS PRESOS. ALONGAMENTO DA INSTRUÇÃO DADAS AS PECULIARIEDADES DO CASO CONCRETO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. A complexidade do feito, mormente pela existência de quatro (04) réus, os quais foram presos em outro estado da Federação, sendo posteriormente recambiados para este Estado, torna justificável o retardamento na conclusão da instrução criminal. De outro lado, não se mostra razoável a soltura, haja vista a existência dos motivos da custódia cautelar (art. 312, do Código de Processo Penal), bem como pelo fato de que, ao que tudo parece, a instrução criminal está na iminência de ser encerrada. ORDEM DENEGADA.

ACÓRDÃO



114

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do *habeas corpus* nº 0004519-82.2014.8.17.0000 (0334214-5), em que figuram partes as acima identificadas, acordam os Desembargadores componentes da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por decisão unânime, em denegar a ordem, tudo conforme consta no relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 18 de junho de 2014.


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



115

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

HABEAS CORPUS Nº 0004519-82.2014.8.17.0000 (0334214-5)

IMPETRANTE: Bel. Tiago Azevedo Borges Mateucci (OAB/GO 31.882)

PACIENTES: Domício Martins de Lima

José Martins de Lima

Francisco Martins de Lima

Josival Pereira de Souza

RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Judith Pinheiro Silveira Borba

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

RELATÓRIO

Trata-se de ordem de *habeas corpus*, com pleito liminar, impetrada pelo advogado Tiago Azevedo Borges Mateucci, em favor de DOMÍCIO MARTINS DE LIMA, JOSÉ MARTINS DE LIMA, FRANCISCO MARTINS DE LIMA e JOSIVAL PEREIRA DE SOUZA, qualificados nos autos, apontando como autoridade coatora a Exma. Juíza de Direito da Vara Única da Comarca de São José do Belmonte/PE, juízo perante o qual os pacientes respondem ao processo de NPU 0000918-31.2009.8.17.1330.

O impetrante noticia que os pacientes foram denunciados em face da suposta prática do crime de homicídio qualificado pelo motivo torpe e recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido (artigo 121, §2º, incisos I e IV c/c art. 29, *caput*, ambos do Código Penal). Por ocasião do recebimento da denúncia havido em 11/01/2010, o Juízo de Direito da Comarca de São José do Belmonte/PE decretou a prisão preventiva dos mesmos, cujo mandado somente foi cumprido no dia 29/02/2012.

Informa que, apenas em 17/04/2013, ou seja, após 01 (um) ano e 02 (dois) meses depois de efetivada a prisão cautelar, apesar de ter havido o aval da defesa para que os pacientes fossem interrogados no estado de Goiás, foram os mesmos recambiados para Pernambuco e recolhidos no presídio de Salgueiro/PE.

Relata, também, que a audiência de instrução e julgamento foi designada e redesignada por mais de seis vezes e, acaso a defesa não tivesse invertido a ordem para a oitiva das suas testemunhas, mais uma vez tal ato judicial não ocorreria.

Argumenta que, na referida audiência, realizada no dia 25/02/2014, foi requerida pela defesa a substituição de duas testemunhas por entender que as



116

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

mesmas poderiam apresentar provas da inocência dos pacientes, pleito indeferido pelo Juízo processante, acarretando cerceamento do direito de defesa, pugnando seja a referida audiência realizada no dia 25/02/2014 declarada totalmente nula, a fim de que possam ser ouvidas as testemunhas de defesa Francinildo Martins de Lima e Cleonice Alves de Oliveira.

Alega, ainda, que os pacientes sofrem coação ilegal em suas liberdades de locomoção em face do excesso de prazo para a formação da culpa, porquanto, embora já interrogados e ouvidas as testemunhas de defesa, a instrução criminal não foi encerrada, haja vista a insistência do Ministério Público na oitiva de uma testemunha faltante, cuja diligência para localizá-la perfaz mais de 60 (sessenta) dias sem o devido cumprimento.

Sustenta que a defesa nunca deu causa para que a instrução viesse a perdurar por lapso temporal tão alto e em total inobservância ao princípio da razoabilidade.

À inicial foram colacionadas as cópias das peças processuais de fls. 15/43.

A liminar pleiteada foi indeferida, através da decisão interlocutória de fls. 51/54.

Vieram aos autos as informações da autoridade impetrada, juntada às fls. 63/66, momento em que foram anexadas as cópias processuais de fls. 67/94.

Os autos foram remetidos à Procuradoria de Justiça, que, através do parecer de fls. 98/100, elaborado pela douta Procuradora de Justiça, Dra. Judith Pinheiro Silveira Borba, manifesta-se pela denegação da ordem.

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Conforme relatado, o impetrante suscita duas situações distintas, as quais ensejariam constrangimento ilegal suportado pelos pacientes DOMÍCIO MATINS DE LIMA, JOSÉ MARTINS DE LIMA, FRANCISCO MARTINS DE LIMA e JOSIVAL PEREIRA DE SOUZA, por atos da Exma. Juíza de Direito da Vara Única da comarca de São José do Belmonte/PE.

Busca o impetrante, em sede de preliminar, a concessão da presente ordem, ao argumento de que os pacientes estão sendo submetidos a inaceitável



117

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

cerceamento de defesa, consubstanciado na negativa do Juízo de 1º grau em deferir a substituição de duas das testemunhas arroladas na defesa preliminar.

Para tanto, acosta à inicial as cópias processuais de fls. 21/22, nas quais consta o pedido de substituição, o qual foi indeferido pela Magistrada de piso aos seguintes termos:

“...indefiro o requerimento da defesa no que tange à apresentação das testemunhas de defesa independentemente de intimação não arroladas na resposta à acusação. O art. 406 parágrafo 3º CPP é claro ao estabelecer o momento oportuno para que a defesa arrole as testemunhas. O fato de as mesmas serem intimadas ou trazidas pelos réus é que pode ficar a cargo da defesa. Pensar diferente seria tratar Ministério Público e defesa com paridade desigual. O Ministério Público também tem momento oportuno para arrolar suas testemunhas (na denúncia). Permitir que as testemunhas não sejam arroladas no momento oportuno, tal como reza o CPP, é ferir o princípio do contraditório e da ampla defesa. O que se estar a indeferir aqui é a inquirição de testemunhas que não foram arroladas no momento oportuno pela defesa. Deste modo, não se estar a indeferir aqui a inquirição de testemunhas arroladas pela defesa que compareceriam a instrução independente de intimação. Inquirir testemunhas arroladas e impossibilitar a inquirição de testemunhas não arroladas, para serem trazidas independente de intimação são coisas completamente diversas. É a minha decisão.”.

Sobre o tema, penso que não existe qualquer obrigação da magistrada ao deferimento de substituição de testemunhas, já que o momento oportuno para arrolá-las é na resposta, conforme estabelece o art. 406, parágrafo 3º, do CPP.

De outro lado, reza o art. 411, § 2º, do CPP, que as provas serão produzidas em uma só audiência, podendo o juiz indeferir as consideradas irrelevantes, impertinentes ou protelatórias.

É sabido também que, nos termos do art. 209, do Código de Processo Penal, o juiz poderá ouvir outras testemunhas, que não aquelas arroladas pelas partes, quando julgar necessário e se lhe parecer conveniente. Tal ato é discricionário do magistrado oficiante no feito, sendo-lhe facultado deferir ou não, desde que fundamentadamente, a substituição de alguma testemunha arrolada, seja pela acusação, seja pela Defesa, não configurando o indeferimento do pedido automático cerceamento de defesa.



118

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

Ademais, a pretendida discussão acerca da importância maior ou menor desta ou daquela testemunha é matéria que demanda exame pormenorizado do conjunto probatório colhido nos autos, o que não é viável na estreita via do *habeas corpus*.

O momento oportuno para a Defesa arrolar todas as testemunhas que deseja que sejam ouvidas é na resposta preliminar, após a qual se opera o instituto da preclusão consumativa, não havendo previsão legal de substituição de testemunhas ao bel-prazer do procurador dos réus. Uma vez precluído o direito, e indeferido o pedido pelo magistrado, a matéria poderá ser suscitada, se assim o desejar o impetrante, em preliminar das alegações finais ou, caso já tenha sido prolatada a sentença, em preliminar das razões recursais de uma eventual apelação criminal, a fim de ser mais profundamente analisada a questão.

Por fim, também sobre o tema, anoto que, por se tratar de processo de competência do Júri, o Diploma Adjetivo Penal prevê, em seu art. 422, que a defesa, no prazo de 5 (cinco) dias, ainda poderá apresentar rol de testemunhas que irão depor em plenário, até o máximo de 5 (cinco), oportunidade em que poderão juntar documentos e requerer diligência.

Por tais motivos, não enxergo o alegado cerceamento de defesa.

De outro lado, no que tange à sustentado excesso de prazo, a autoridade impetrada informa que, de fato, há demora na marcha processual, tendo em vista que tal decorreu, exclusivamente, em razão da quantidade de réus e pelo fato destes terem ficado recolhidos por um bom tempo em comarca de Estado diverso, dificultando assim, o cumprimento dos atos processuais e a comunicação entre os Juízos, tendo em vista que os pacientes somente foram localizados no estado de Goiás.

A autoridade impetrada esclarece às fls. 65/66, que foi determinada a reiteração da expedição de ofício ao Ministério do Trabalho a fim de solicitar informações acerca do endereço da testemunha arrolada na denúncia, senhor Givaldo Pereira de Souza.

À vista do exposto, em que pesem os argumentos do impetrante, *in casu*, apesar do prolongamento da instrução criminal, não há que se falar em constrangimento ilegal, mormente por se tratar de feito complexo, com pluralidade de réus.



119

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

Cedico que a contagem de prazos deve ser realizada de forma global, atendendo-se, sobretudo, ao critério de razoabilidade, não resultando o excesso de prazo de mera soma aritmética, sendo necessária, em certas circunstâncias, maior dilação do prazo em virtude das peculiaridades de cada caso concreto.

Vê-se que a complexidade do feito, mormente pela existência de quatro (04) réus, os quais foram presos em outro estado da Federação, sendo posteriormente recambiados para este Estado, torna justificável o retardamento na conclusão da instrução criminal.

Logo, embora os pacientes encontrem-se presos desde o dia 13/04/2012, não se mostra razoável a sua soltura, haja vista a existência dos motivos da custódia cautelar (art. 312, do Código de Processo Penal), bem como pelo fato de que, ao que tudo parece, a instrução criminal está na iminência de ser encerrada.

Some-se a isso, o fato de a Magistrada de piso estar envidando esforços para a localização da testemunha, impulsionando o feito de maneira diligente.

Instada a se manifestar, a d. Procuradoria de Justiça, em parecer exarado pela ilustre Procuradora de Justiça Judith Pinheiro Silveira Borba, opina pela denegação da ordem aos seguintes termos (fls.98/100):

“...inexiste ilegalidade na decisão que indefere pedido de substituição de testemunhas se o Julgador motiva devidamente a impropriedade de tal requerimento, pois o Código de Processo Penal estabelece como regra a apresentação de testemunhas por ocasião do oferecimento da denúncia ou da queixa e no prazo da defesa prévia, sendo exceção o permissivo processual para substituí-las, conquanto condicionado ao fato de não serem encontradas e desde que a substituição não caracterize a intenção de burlar o cumprimento dos prazos, visando um arrolamento tardio, ou mesmo um expediente puramente protelatório.

(...)

Quanto ao mérito e no que tange ao andamento processual, observa-se, conforme pesquisa realizada no sítio eletrônico deste TJPE (anexa) e o que consta dos autos, são quatro denunciados foragidos e presos em outros Estados, houve expedição de cartas precatórias e de vários outros documentos.



120

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

Ademais, os prazos processuais não podem ser contados de forma rígida e aritmética. O princípio da celeridade do processo penal caminha ao lado do princípio da razoabilidade, a ponto de que as ações penais devem ser céleres, mas nos limites da duração razoável dos atos processuais...".

Por todo o exposto, em conformidade com o opinativo ministerial, o meu voto é pela **DENEGACÃO DA ORDEM**.

É como voto.

Recife, 18 de junho de 2014.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator

